

## CORREIO NACIONAL



Dez capitais receberão entrega direta

## Governo inicia primeira fase do Gás do Povo

Dez capitais do Brasil serão contempladas na primeira fase da operação nacional do programa Gás do Povo, que começa nesta segunda-feira. A iniciativa garante a recarga gratuita do botijão de gás de cozinha para famílias em situação de vulnerabilidade social.

A operação marca o início da expansão do programa, que pretende alcançar mais de 15 milhões de famílias até março.

Trata-se de uma das principais ações do Governo do Brasil para fortalecer

a segurança energética, promover o cozimento limpo e ampliar o acesso ao gás de cozinha como instrumento de dignidade e justiça social.

A iniciativa reduz a dependência de lenha e de combustíveis poluentes que afetam principalmente mulheres e crianças.

Na etapa iniciada nesta semana, cerca de 1 milhão de famílias vão receber gás de cozinha gratuitamente nas dez capitais contempladas na primeira fase da operação.

## 'Independência não Morte'

Com o tema "Independência não Morte", no Rio de Janeiro no sábado, a 4ª Marcha Trans & Travesti, nos Arcos da Lapa. O objetivo é pedir o fim da violência sistemática no Brasil, considerado o país mais letal do mundo contra pessoas trans e travestis. A marcha pede apoio às organizações que lutam, com pou-

cos recursos, pela reversão desse quadro e exige a garantia e ampliação de direitos para esta população. "Os nossos corpos seguem sendo alvo da extrema-direita que nega a nossa existência, financiada com recursos bilionários em todo o mundo", disse o coordenador-geral da Marcha, Gab Van.

## Prova Nacional Docente

Está disponível o Cartão de Confirmação de Inscrição da reaplicação da Prova Nacional Docente (PND) 2025. O documento pode ser acessado no Sistema PND. Embora não seja obrigatório, o Inep recomenda que o participante leve o cartão no dia do exame.

Além do local de prova,

o Cartão confirma o número de inscrição, data e horários do exame. Nele consta, ainda, se o participante contará com atendimento especializado ou tratamento por nome social. A reaplicação da prova ocorrerá no dia 30 de novembro. A PND foi criada para melhorar a qualidade da formação.

## Bolsa Família em Ação

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) encerrou nesta semana, em Fortaleza, a primeira rodada dos Seminários Estaduais Bolsa Família em Ação. A iniciativa percorreu cinco estados brasileiros entre setembro e novembro, reunindo gestores mu-

nicipais e estaduais para fortalecer a execução do programa. Ao longo dos encontros, cerca de 3 mil profissionais de 967 municípios participaram das capacitações. Entre eles, secretários de assistência social, coordenadores municipais do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

## Prazo para cadastro biométrico

Governo do Brasil publicou na última sexta-feira portaria para regulamentar a adoção gradual do cadastro biométrico obrigatório para concessão, manutenção e renovação de benefícios da Seguridade Social.

A medida integra a agenda de transformação digi-

tal e aprimoramento da segurança dos programas sociais.

A exigência de biometria, aprovada pelo Congresso Nacional, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2024 e regulamentada por decreto em julho de 2025.

## Apóio e acolhimento

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome, por meio do Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas, cumpriu, de forma antecipada, todas as metas estabelecidas pelo Plano Estratégico Institucional

## Justiça mantém produção de vacinas para o SUS

Com a decisão, Fiocruz segue com a licitação em vigor

Agência Gov



Ações representavam risco concreto à continuidade das atividades de Bio-Manguinhos

A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu duas importantes vitórias judiciais em defesa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), assegurando a continuidade e regularidade de uma licitação essencial para o funcionamento da unidade de Bio-Manguinhos, que buscava a contratação de empresa para prestação de serviços de apoio técnico e administrativo essenciais à produção de vacinas, reagentes e biofármacos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) rejeitou, por unanimidade, recurso de apelação em mandado de segurança e agravo de instrumento interpostos pela empresa Nova Rio Serviços Gerais Ltda., que tentava suspender o Pregão Eletrônico nº 262/2023, de valor estimado em mais de R\$ 1,3 bilhão e envolvendo mais de 2.300 trabalhadores.

As ações representavam risco concreto à continuidade das atividades de Bio-Manguinhos, que poderiam sofrer paralisação imediata caso a licitação fosse suspensa ou tivesse de ser reiniciada, o que resultaria em impacto direto no abastecimento nacional de vacinas e biofármacos, com potenciais prejuízos ao SUS e à população brasileira.

No mandado de segurança, a empresa argumentava

que o pregão deveria continuar suspenso até o trânsito em julgado de procedimento que corria junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). Em defesa da Fiocruz, a Procuradoria Regional Federal da 2ª Região (PRF2) demonstrou que o TCU, no Acórdão nº 1.589/2024, havia determinado expressamente a retomada da licitação, após declarar nulo apenas um item do edital, medida integralmente cumprida pela autarquia.

O TRF2 concluiu que não havia qualquer impedimento para o prosseguimento do certame e que a paralisação do

procedimento licitatório para aguardar eventual análise do pedido da empresa junto ao TCU implicaria em prejuízo incontestável para o interesse público, com risco de descontinuidade dos serviços de apoio de desenvolvimento de vacinas.

Já no agravo de instrumento, a empresa buscava invalidar decisão da Justiça Federal que confirmou a vigência do contrato firmado em razão do prosseguimento do Pregão nº 262/2023 e suspendeu decisão provisória anterior proferida pelo TRF1 que determinara a republicação, pela Fiocruz, do edital licitatório. A PRF2,

no entanto, comprovou que a instituição agiu rigorosamente dentro das determinações do TCU e que a manutenção do contrato vigente era imprescindível para evitar a interrupção dos serviços essenciais de Bio-Manguinhos.

O TRF2 rejeitou, novamente de forma unânime, os argumentos da empresa e reconheceu que os atos administrativos questionados eram legítimos e praticados dentro da competência do gestor público.

O procurador federal Leonardo Pavone, que atuou nos dois feitos, destacou a importância estratégica das decisões.



Ministra foi aplaudida no encerramento da conferência em Belém

## Ministra aponta avanço, mas cita progresso modesto

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, ressaltou as conquistas da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que ocorre desde o início do novembro em Belém, e reconheceu que ainda há desafios a serem superados.

"Progredimos, ainda que modestamente", avaliou a ministra em discurso na plenária de encerramento da COP30 neste sábado (22).

"Mesmo que aquelas versões de nós mesmos nos dissessem que não fomos tão longe quanto imaginávamos e seria necessário reconhecer que há algo fundamental: ainda estamos aqui. E que sigamos persistindo no compromisso de empreender a jornada necessária para superar nossas diferenças e contradições no urgente enfrentamento da mudança do clima", disse a ministra após convidar os presentes a voltarem para as versões de si mesmos na Rio 92.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente

e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco92, foi lançado o primeiro tratado para que os países cooperassem no enfrentamento do aquecimento global e crise climática.

Nesta edição, a presidência brasileira da COP30 fechou um acordo climático de compromisso que aumenta o financiamento para as nações pobres que estão lidando com o aquecimento global, mas que omite qualquer menção aos combustíveis fósseis que o impulsiona.

"Em que pese ainda não ter sido possível o consenso para que esse fundamental chamado entrasse entre as decisões dessa COP, tenho certeza de que o apoio que recebeu de muitas partes da sociedade fortalece o compromisso da atual presidência", disse a ministra.

Marina destacou os avanços desta edição da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

"Demos um passo relevante no reconhecimento do papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e afrodes-

cendentes. Transição justa ganhou corpo e voz na presença desses segmentos", ressaltou.

Além disso, destacou o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), "um mecanismo inovador que valoriza autoriza aqueles que conservam e mantêm as florestas tropicais", disse.

Outro avanço considerado pela ministra foi o texto do Mutirão Global, que segundo Marina Silva, abriu "uma porta importante para o avanço da adaptação com o compromisso dos países desenvolvidos de triplicar o financiamento até 2035".

"Cento e vinte e duas partes apresentaram suas contribuições nacionalmente determinadas com compromissos em reduzir emissões até 2035. Faltam outras partes, mas esses resultados são ganhos fundamentais para o multilateralismo climático", ressaltou.

A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) é o plano de ação climática que cada país envia à ONU.

## Programa oferta entrega gratuita de absorventes

O Governo Federal passa a enviar a partir desta semana avisos sobre o Programa Dignidade Menstrual, uma iniciativa que garante a distribuição gratuita e continuada de absorventes higiênicos para cerca de 24 milhões de pessoas beneficiadas.

Têm acesso ao programa pessoa com idade entre 10 e 49 anos inscrita no CadÚnico, que tenha renda mensal de até R\$ 218, ou seja estudante de baixa renda da rede pública, ou esteja em situação de rua.

Para retirar os absorventes gratuitos basta procurar uma farmácia credenciada e apresentar autorização emitida no Meu SUS Digital, CPF e documento de identidade com foto.

O envio das mensagens visa divulgar o programa à população, para promover a conscientização sobre a naturalidade do ciclo menstrual e a oferta de absorventes higiênicos.

Desde o mês passado, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) de todo o país passaram a disponibilizar a autorização para retirada de absorventes menstruais às beneficiárias do Programa Dignidade Menstrual. Agora, existem duas possibilidades para obter as autorizações: presencial nas UBS ou virtual via aplicativo.

A retirada dos absorventes continua sendo realizada nas farmácias credenciadas do Fármacia Popular.

Outra novidade é que adolescentes entre 12 e 16 anos poderão retirar os absorventes sem a necessidade de acompanhamento dos pais ou responsáveis. Desde a implementação do programa, em 2024, já foram atendidas mais de 2,5 milhões de pessoas e distribuídos mais de 376 milhões de absorventes menstruais.